



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

HABEAS CORPUS Nº 0003631-16.2014.8.17.0000 (0332565-9)

IMPETRANTE: Bel. Gilson de Freitas Ribeiro, OAB/PE nº 419-B

PACIENTE: JONATHAN GALDINO ARRUDA

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

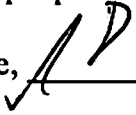
PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

HABEAS CORPUS. ROUBO. CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. EFETIVA PRÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA A VÍTIMA. PRISÃO EM FLAGRANTE. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INOCORRÊNCIA. DECRETO FUNDADO NA NECESSIDADE DE ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA E A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, DIANTE DO *MODUS OPERANDI*. PACIENTE QUE, EM CONJUNTO COM OUTROS INDIVÍDUOS, ROUBA A VÍTIMA E EFETIVA VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA ELA, POR DUAS OCASIÕES DISTINTAS, HAVIDAS UMA EM SEGUIDA DA OUTRA. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DOS FATOS QUE EVIDENCIAM A INEVITABILIDADE DA MEDIDA EXCEPCIONAL. PERICULOSIDADE DO AGENTE. PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP PREENCHIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PREDICADOS SUBJETIVOS POSITIVOS QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0003631-16.2014.8.17.0000 (0332565-9), em que figuram partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife,  de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0003631-16.2014.8.17.0000 (0332565-9)

IMPETRANTE: Bel. Gilson de Freitas Ribeiro, OAB/PE nº 419-B

PACIENTE: JONATHAN GALDINO ARRUDA

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de medida liminar, impetrado pelo advogado Gilson de Freitas Ribeiro, em favor de **JONATHAN GALDINO ARRUDA**, apontando como autoridade coatora a Exma. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Paulista/PE, juízo perante o qual o paciente responde à ação penal de NPU 0001506-06.2014.8.17.1090.

O impetrante narra que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 04/03/2014, em face da suposta prática dos crimes previstos no artigo 157, § 2º, inciso II (roubo, majorado pelo concurso de pessoas) c/c o artigo 129 (lesão corporal), ambos do Código Penal Brasileiro.

Informa que, em 05/03/2014 a prisão em flagrante foi convertida em custódia preventiva, em decisão consubstanciada na gravidade em abstrato do crime, hipótese esta que não se encontra inserida dentre aquelas previstas no art. 312, do CPP.

Alega que não estão presentes na hipótese os requisitos para a decretação da prisão preventiva, uma vez que a decisão reputada ilegal não demonstra a real necessidade do encarceramento do paciente. Sustenta, desse modo, que o decreto constitutivo carece de fundamentação idônea.

Aduz, por fim, que o paciente é primário, possui residência fixa e ocupação lícita não existindo motivos para que seja mantida a prisão.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 13/26.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

À fl. 33, consta despacho determinando a intimação do impetrante para que suprisse a disposição contida no artigo 645, § 1º, alínea "c", do Código de Processo Penal. Cumprida tal determinação, os autos vieram-me conclusos, ocasião em que a liminar pleiteada foi indeferida, às fls. 37/39.

Vieram aos autos os esclarecimentos prestados pela autoridade impetrada, colacionados à fl. 48, oportunidade em que S. Excia. colaciona as cópias processuais de fls. 49/52.

O opinativo ministerial encontra-se às fls. 56/58, elaborado pelo Exmo. Procurador de Justiça Euclides Ribeiro de Moura Filho, o qual se manifesta pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como relatado, a inicial reputa ilegal a decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente **JONATHAN GALDINO ARRUDA**, em preventiva, ao argumento de que a fundamentação exarada é inidônea porquanto consubstanciada na gravidade genérica do delito em tese cometido pelo paciente.

A autoridade impetrada, por ocasião das informações prestadas, colacionou aos autos cópia da denúncia oferecida em desfavor do paciente, a qual lhe imputa a prática do crime do art. 157, § 2º, II, c/c o art. 71, todos do CPB, e que, em síntese, tem o seguinte teor (fls. 50/52):

"...Na madrugada do dia 05 de março, por volta das 2h50, na orla do Bairro de Paulo Amarelo, nesta cidade, os denunciados, em comunhão de designios e ações, mediante grave ameaça e violência física, subtraíram uma bermuda jeans, um tênis, uma camisa, um cinto (marca Nicoboko), uma bolsa (marca Mormaii), além de uma carteira contendo a quantia de R\$ 59,00 em espécie, documentos, um isqueiro, tudo de propriedade do ofendido Wagner Aquino da Cunha.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Depreende-se do caderno investigativo, que a vítima tinha saído de um show e foi até a orla procurar um local escuro, com intuito de urinar. Ocorre que o ofendido foi surpreendido pela abordagem dos denunciados, os quais se aproximaram por trás, ocasião em que um deles deu uma "gravata" no seu pescoço e afirmou: "Ei, Perdesse!". Os acusados subtraíram os objetos acima discriminados, simulando estarem armados, e passaram a espancar o ofendido com socos, pontapés e "rasteiras", deixando-o apenas de cuecas na beira do mar.

Após o roubo, a vítima pediu auxílio num bar situado nas proximidades do Forte de Pau Amarelo, tendo recebido do proprietário uma camisa e uma bermuda para poder ir para casa, porém, após algum tempo, resolveu voltar ao local do assalto a fim de verificar se os meliantes tinham abandonado seus documentos.

Para sua surpresa, quando a vítima se aproximava do local, encontrou os denunciados, os quais novamente passaram a ameaçá-lo, subtraíram-lhe a camiseta que estava usando e passaram a espancá-lo com chutes e socos. O acusado conseguiu fugir correndo, tendo encontrado uma viatura da Polícia Militar e comunicado os fatos aos policiais.

Os milicianos passaram a realizar diligências juntamente com o ofendido, logrando êxito em localizar os denunciados algumas ruas após o local da investida criminoso, os quais foram imediatamente reconhecidos pela vítima, salientando-se que o increpado MARCO AURÉLIO DA SILVA NASCIMENTO estava trajando a bermuda e o cinto (marca Nikoboko), bem como de posse da carteira e da quantia de R\$ 59,00 subtraídos da vítima, o que ensejou a prisão em flagrante do trio criminoso..."

A prisão em flagrante foi comunicada à autoridade judiciária que a converteu em preventiva, em decisão que, em síntese, tem o seguinte teor (fl. 49/49v):



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

“...Exsurge dos autos a constatação de que os Autuados são pessoas de índole perigosa e de difícil trato, máxime em função da constante ingestão de bebida alcoólica, que revela sua profunda agressividade.

(...)

Ainda, o ato em si denuncia a periculosidade dos Autuados, sendo a sua manutenção sob custódia medida consentânea para assegurar a aplicação da lei penal e a devida instrução processual.

Vislumbro neste momento procedimental a ocorrência destas hipóteses que autorizam a prisão preventiva, que levam à conclusão de que a conversão é a medida mais adequada para o caso, a garantir a ordem pública...”

Diferentemente do informado na inicial, não enxergo ilegalidade na decisão ora questionada. Ao revés, como bem delineado nas informações da autoridade dita coatora, os acusados, dentre os quais o ora paciente, em duas situações distintas, teriam subtraído pertences da vítima e a agredido, o que demonstra concretamente a periculosidade do paciente.

No caso vertente, o magistrado de primeira instância, após discorrer acerca dos respectivos pressupostos da prisão preventiva - materialidade e indícios de autoria (*fumus commissi delicti*) -, calcou o decreto prisional na existência de *periculum libertatis*, diante da configuração de três hipóteses insculpidas no art. 312 do CPP, qual seja, a necessidade de garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Denota-se que foram suficientemente pontuadas as circunstâncias concretas que impõem a segregação do paciente, diante do *modus operandi* do delito noticiado - praticado em concurso de agentes, com efetiva violência e grave ameaça à pessoa, apresentando risco social -, o que enseja a decretação da medida como forma de salvaguardar a sociedade, bem como de assegurar a credibilidade da Justiça.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Com efeito, a gravidade em abstrato do delito não pode servir de fundamento da medida excepcional. Não é esse, contudo, o caso dos autos. São as circunstâncias concretas do crime, em tese, praticado pelo paciente e demais acusados que caracterizam a sua gravidade e evidenciam a imprescindibilidade da prisão preventiva, e não a gravidade abstrata do tipo, como tenta fazer crer o impetrante.

Além do mais, como é cediço, a primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a ocupação lícita, não obstante sejam elementos que podem e devem ser considerados pelo Juiz ao analisar a segregação cautelar, não são suficientes a conceder a benesse pretendida, podendo a medida excepcional ser decretada quando presentes seus pressupostos.

O STF nesses casos tem decidido:

A primariedade, os bons antecedentes e a existência de emprego não impedem seja decretada a prisão preventiva, porquanto os objetivos a que esta visa (garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou segurança da aplicação da lei penal) não são necessariamente afastados por aqueles elementos. O que é necessário é que o despacho demonstre, com base em fatos, que há possibilidade de qualquer destas finalidades não ser alcançada se o réu permanecer solto. A menos que, de plano, se evidencie a insuficiência dos indícios da autoria enumerados no despacho que decreta a prisão preventiva, não é o *habeas corpus* instrumento hábil para o exame de maior ou menor força de convencimento que deles possa resultar (RTJ, 121/601).

Assim, "Primariedade, ocupação lícita e residência fixas são irrelevantes para a concessão da soltura clausulada, se presentes na hipótese outros elementos determinantes da manutenção da prisão processual" (STJ, *Habeas Corpus* n. 92172/SP, rel. Min. Jorge Mussi, j. 21/02/2008).

Dessa forma, não se verifica na prisão preventiva constrangimento ilegal à liberdade do paciente, amparando-se o decreto prisional na garantia da ordem pública, com vistas a acautelar o meio social e dar credibilidade à atividade jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Por fim, deve-se observar o princípio da confiança no juiz da causa que, por estar mais próximo das partes, tem, sem dúvida, maior noção da necessidade, ou não, da segregação cautelar.

Desse mesmo entendimento comungou a Procuradoria de Justiça que, sobre a alegação ilegalidade do decreto prisional, manifestou-se aos seguintes termos (fl. 57):

“...Ora..., tem-se a necessidade de preservar a credibilidade do Estado e da Justiça em face da intranquilidade que os crimes dessa natureza geram na comunidade devendo, no momento, manter a prisão do Paciente para o restabelecimento da ordem pública que só se perpetra com a permanência da segregação do acusado...”

Por todo o exposto, em conformidade com a Procuradoria de Justiça, o meu voto é pela **DENEGACÃO DA ORDEM**.

É como voto.

Recife, 12 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator